



SUPERGASBRAS

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
BRUSQUE – SC.**

Ref.: Pregão Eletrônico nº 013/2026

Processo Licitatório nº 035/2026

SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.791.896/0002-83, com sede administrativa na cidade do Rio de Janeiro - RJ, vem, com o devido respeito e acatamento, perante Vossa Senhoria, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021, apresentar a presente

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

em face das cláusulas restritivas à competitividade constantes do instrumento convocatório em epígrafe, que tem por objeto o registro de preços para eventual e futura aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) a granel, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas, elaboradas de forma respeitosa e com o fito de colaborar com o aprimoramento do certame.

I - DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é manifestamente tempestiva, uma vez que é apresentada em até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública (18/05/2026), em estrita observância ao que determina o art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o item 4.1 do próprio Edital.

Supergasbras Energia Ltda.

*Av. Presidente Wilson, 231 19º andar - Centro
Rio de Janeiro RJ Brasil 20030-905
Tel 55 (21) 3974 5151 Fax 55 (21) 2533 7007
www.supergasbras.com.br*



SUPERGASBRAS

II - RESUMO DO CASO E OBJETO DA IMPUGNAÇÃO

Trata o presente certame de Pregão Eletrônico para Registro de Preços visando ao fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) a granel. O objeto, portanto, é o fornecimento de um produto padronizado (commodity), de comercialização ampla e de execução que não envolve complexidade técnica ou operacional excepcional que justifique a imposição de barreiras excessivas à participação de potenciais fornecedores.

Contudo, ao analisar os termos do edital, a Impugnante deparou-se com uma exigência de qualificação econômico-financeira que, na prática, frustra o caráter competitivo do certame. O item 12.20, inciso III, do instrumento convocatório estabelece a obrigatoriedade de comprovação de índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) **superiores a 1 (um)**, sem prever qualquer alternativa para as empresas que não atinjam este patamar específico.

A realidade do mercado, especialmente no setor de distribuição de combustíveis, demonstra que a imposição de tais patamares de liquidez de forma inflexível é desarrazoada. Empresas de grande porte, como a Impugnante, realizam constantes e robustos investimentos em ativos imobilizados (frota, bases operacionais, tanques), o que naturalmente impacta a composição de seus balanços e pressiona seus índices de liquidez corrente para patamares frequentemente inferiores a 1,00, sem que isso represente, de forma alguma, incapacidade de honrar seus compromissos ou insolvência.

III - DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

A. DA VIOLAÇÃO À JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) – SÚMULA Nº 289

O princípio da competitividade, insculpido no art. 37, XXI, da Constituição Federal e reiterado no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, é a viga mestra de todo o processo

Supergasbras Energia Ltda.

Av. Presidente Wilson, 231 19º andar - Centro

Rio de Janeiro RJ Brasil 20030-905

Tel 55 (21) 3974 5151 Fax 55 (21) 2533 7007

www.supergasbras.com.br



SUPERGASBRAS

licitatório. A exigência de qualificação econômico-financeira deve se limitar ao estritamente indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.

A matéria é objeto de pacífico entendimento no âmbito do Tribunal de Contas da União, consolidado na Súmula nº 289, que serve como farol interpretativo obrigatório para a Administração Pública:

"A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade."

Analisando a cláusula editalícia (item 12.20, III) à luz da Súmula 289 e do Manual de Licitações e Contratos do próprio TCU (item 5.5.4), a sua inadequação se torna manifesta por três razões principais:

1. Ausência de Justificativa Técnica no Processo: A Súmula e o art. 69 da Lei nº 14.133/2021 são claros ao exigir que a justificativa para os índices esteja contida de forma devida no processo da licitação. Caberia à Administração demonstrar, por meio de estudo técnico prévio, por que os patamares definidos (superiores a 1) são indispensáveis e proporcionais à natureza do fornecimento de GLP.

2. Desconexão com os Parâmetros de Mercado: A exigência de índices de liquidez superiores a 1,00 ignora a realidade contábil e financeira de grandes empresas do setor de distribuição de GLP. A estrutura de capital e os ciclos de investimento dessas companhias fazem com que tais índices sejam frequentemente inferiores a 1,00, o que não representa incapacidade financeira, mas sim uma estratégia saudável de reinvestimento de capital em ativos operacionais.

3. Desproporcionalidade em Relação ao Objeto: A exigência de índices tão rigorosos sem flexibilização seria plausível em contratações de altíssima complexidade e risco. Contudo, para o fornecimento de GLP, a medida é desproporcional. A segurança contratual pode ser perfeitamente assegurada por

Supergasbras Energia Ltda.

Av. Presidente Wilson, 231 19º andar - Centro
Rio de Janeiro RJ Brasil 20030-905
Tel 55 (21) 3974 5151 Fax 55 (21) 2533 7007
www.supergasbras.com.br



SUPERGASBRAS

outros meios menos restritivos e mais eficazes, como a comprovação de solidez patrimonial.

B. DA NECESSIDADE DE PREVISÃO DE ALTERNATIVAS – APLICAÇÃO DA IN MARE-GM Nº 05/95 E DA LEI 14.133/2021

A restrição à competitividade se agrava pela ausência absoluta de alternativas no edital para as empresas que, embora plenamente capazes e solventes, não atinjam o índice de 1,00 em razão de suas peculiaridades contábeis.

A boa prática administrativa, historicamente consolidada na Instrução Normativa MARE-GM nº 05/95 (ainda utilizada como referência balizadora de razoabilidade pelos Tribunais de Contas), prevê expressamente a alternativa. O item 7.2 da referida norma estabelece:

"7.2. As empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um) em qualquer dos índices referidos no inciso V, quando de suas habilitações deverão comprovar, considerados os riscos para administração e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, na forma dos §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei nº 8.666/93, como exigência imprescindível para sua Classificação podendo, ainda, ser solicitada prestação de garantia..."

Essa lógica de razoabilidade foi absorvida pela Nova Lei de Licitações. O Manual do TCU sobre Habilitação Econômico-Financeira sob a Lei 14.133/2021 orienta que a Administração pode exigir a comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo limitada a 10% do valor estimado da contratação.

IV - DEMONSTRAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL DA IMPUGNANTE: O ATESTADO SUSEPE COMO PROVA INCONTESTE

Supergasbras Energia Ltda.

Av. Presidente Wilson, 231 19º andar - Centro
Rio de Janeiro RJ Brasil 20030-905
Tel 55 (21) 3974 5151 Fax 55 (21) 2533 7007
www.supergasbras.com.br



SUPERGASBRAS

Neste ponto, a Impugnante submete à consideração de Vossa Senhoria um elemento de prova que torna a exigência editalícia não apenas desproporcional, mas absolutamente injustificável: um **atestado de capacidade técnica da SUSEPE – Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul**, que comprova o fornecimento de GLP para o **sistema penal estadual inteiro do Rio Grande do Sul** (anexo)

Este atestado, datado de 18 de fevereiro de 2025, refere-se ao Contrato de Fornecimento nº 002/2021, celebrado em conformidade com o Pregão Eletrônico nº 0139/2021, e documenta o fornecimento de **1.680.000 (um milhão, seiscentos e oitenta mil) quilogramas de GLP a granel** para a SUSEPE, durante o período de 27 de maio de 2021 a 28 de maio de 2022. O atestado confirma, expressamente, que os fornecimentos e serviços foram executados **satisfatoriamente**, não existindo, nos registros da SUSEPE, até a presente data, fatos que desabonassem a conduta e responsabilidade da Supergasbras com as obrigações assumidas.

A magnitude e a relevância deste atestado não podem ser subestimadas. A SUSEPE é responsável pela administração de todo o sistema penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul, uma instituição de caráter público de altíssima importância. O fornecimento de 1.680.000 kg de GLP para esse sistema representa uma responsabilidade operacional de escala extraordinária, envolvendo múltiplas unidades prisionais, complexidade logística significativa, e exigências de confiabilidade absoluta.

Se a Supergasbras foi capaz de fornecer, com sucesso e satisfação, 1.680.000 kg de GLP para o sistema penal inteiro do Rio Grande do Sul, então a empresa possui, de forma incontestada, a capacidade operacional, a solidez financeira e a confiabilidade necessárias para fornecer GLP para a Prefeitura de Brusque. **Não há exigência de índice contábil que possa ser mais eloquente do que esse atestado de fornecimento bem-sucedido em escala gigantesca para uma instituição pública estadual.**

Supergasbras Energia Ltda.

Av. Presidente Wilson, 231 19º andar - Centro

Rio de Janeiro RJ Brasil 20030-905

Tel 55 (21) 3974 5151 Fax 55 (21) 2533 7007

www.supergasbras.com.br



SUPERGASBRAS

Além deste atestado extraordinário, a Impugnante também apresenta um histórico adicional de fornecimentos bem-sucedidos que reforçam ainda mais sua capacidade:

1. Atestado de Capacidade Técnica da Fundação do ABC (Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário): A Supergasbras forneceu GLP a granel para essa instituição pública durante 4 anos consecutivos (05/05/2021 a 04/05/2025), com volume aproximado de 350.000 kg, com execução satisfatória (anexo).

2. Atas de Registro de Preços Vigentes com Prefeituras Brasileiras: A Supergasbras possui múltiplas atas de registro de preços assinadas com prefeituras, incluindo Porto Alegre/RS (R\$ 1.470.000,00), Canoas/RS (R\$ 764.250,00), e São José do Rio Preto/SP, todas em vigência e demonstrando confiança contínua de órgãos públicos (anexos).

Além disso, a Supergasbras é uma das **quatro maiores distribuidoras de GLP no Brasil**, respondendo, juntamente com Copagaz/Liquigás, Nacional Gás e Ultragaz, por aproximadamente 83% a 85% do mercado nacional de GLP (anexo).

Diante desse panorama extraordinário – especialmente do atestado SUSEPE de fornecimento de 1.680.000 kg para o sistema penal estadual – a exigência rígida de índices contábeis $\geq 1,00$ sem alternativas revela-se não apenas desproporcional, mas **manifestamente irrazoável e contraditória com a realidade operacional comprovada da empresa.**

V - REFUTAÇÃO ANTECIPADA DOS ARGUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO

Compreende-se que a Administração possa alegar a necessidade de garantir a solvência da contratada. Contudo, essa preocupação é completamente mitigada pelos fatos acima expostos. A Supergasbras forneceu, com sucesso, 1.680.000 kg de GLP para o sistema penal inteiro do Rio Grande do Sul. Forneceu GLP por 4 anos consecutivos para a Fundação do ABC. Assinou múltiplas atas de registro de preços com prefeituras brasileiras. **Isso é prova viva, inconteste e de escala extraordinária**

Supergasbras Energia Ltda.

Av. Presidente Wilson, 231 19º andar - Centro

Rio de Janeiro RJ Brasil 20030-905

Tel 55 (21) 3974 5151 Fax 55 (21) 2533 7007

www.supergasbras.com.br



SUPERGASBRAS

de solvência operacional, muito mais robusta do que qualquer índice contábil momentâneo.

Se a exigência de índices $\geq 1,00$ fosse realmente um padrão necessário e inafastável, a Supergasbras não teria conseguido ser habilitada e assinar contrato com a SUSEPE. O fato de que a empresa já foi habilitada em múltiplos certames similares, incluindo o de maior relevância (SUSEPE), demonstra que a exigência rígida de Brusque é uma anomalia, não um padrão de mercado.

VI - DO PEDIDO

Ante o exposto, e com base na robusta fundamentação legal e jurisprudencial apresentada, especialmente considerando o atestado extraordinário da SUSEPE, a Impugnante SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA. requer, respeitosamente, que esta Douta Comissão de Licitação se digne a acolher a presente impugnação para o fim de:

1. Retificar o item 12.20, inciso III, do edital do Pregão Eletrônico nº 013/2026, para incluir a possibilidade de alternativa aos índices exigidos;
2. Passar a constar expressamente que, caso a licitante apresente resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices exigidos, poderá comprovar sua qualificação econômico-financeira por meio da apresentação de Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
3. Alternativamente, permitir a prestação de garantia de execução contratual como forma de suprir a exigência dos índices contábeis;
4. Determinar a republicação do edital retificado, com a consequente reabertura do prazo legal para a formulação das propostas, em observância ao princípio da publicidade e da competitividade.

Supergasbras Energia Ltda.

*Av. Presidente Wilson, 231 19º andar - Centro
Rio de Janeiro RJ Brasil 20030-905
Tel 55 (21) 3974 5151 Fax 55 (21) 2533 7007
www.supergasbras.com.br*



SUPERGASBRAS

Acolher a presente impugnação é medida de estrita justiça e legalidade, que assegurará a isonomia, ampliará a competitividade e permitirá que a Administração Pública de Brusque obtenha a proposta mais vantajosa, de uma empresa que já provou sua capacidade em fornecimentos de escala extraordinária para instituições públicas estaduais.

Termos em que,

Pede e aguarda deferimento.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 2026.

Rafael Carvalho Ribeiro

Rafael Carvalho Ribeiro (11 de maio de 2026 16:52:53 ADT)

Rafael Carvalho Ribeiro

Coordenador de Novos Negócios e Parcerias

RG nº RG 13271293-6 Detran/RJ

CPF 090.854.687-44

Assinatura: *Rafael Carvalho Ribeiro*

Rafael Carvalho Ribeiro (11 de maio de 2026 16:52:53 ADT)

Email: raribeiro@supergasbras.com.br

Título: Coordenador de Gestão Comercial e Licitação

Supergasbras Energia Ltda.

Av. Presidente Wilson, 231 19º andar - Centro

Rio de Janeiro RJ Brasil 20030-905

Tel 55 (21) 3974 5151 Fax 55 (21) 2533 7007

www.supergasbras.com.br


Prefeitura de Brusque - PE 013-2026 - Impugnação de Edital - Índices Contábeis


Relatório de auditoria final


2026-05-11


Criado em:	2026-05-11
Por:	Taiane Queiroz Fernandes Pereira (taiane.pereira@supergasbras.com.br)
Status:	Assinado
ID da transação:	CBJCHBCAABAAbThDcwSs0LgX5ZYqyYU4wO0O1hfvevEU


Histórico de "Prefeitura de Brusque - PE 013-2026 - Impugnação de Edital - Índices Contábeis"


 Documento criado por Taiane Queiroz Fernandes Pereira (taiane.pereira@supergasbras.com.br)
2026-05-11 - 19:46:03 GMT- Endereço IP: 201.39.209.14

 Documento enviado por email para raribeiro@supergasbras.com.br para assinatura
2026-05-11 - 19:46:25 GMT

 Email visualizado por raribeiro@supergasbras.com.br
2026-05-11 - 19:49:32 GMT- Endereço IP: 104.47.11.62

 O signatário raribeiro@supergasbras.com.br inseriu o nome Rafael Carvalho Ribeiro ao assinar
2026-05-11 - 19:52:51 GMT- Endereço IP: 201.39.209.14

 Documento assinado eletronicamente por Rafael Carvalho Ribeiro (raribeiro@supergasbras.com.br)
Data da assinatura: 2026-05-11 - 19:52:53 GMT - Fonte da hora: servidor- Endereço IP: 201.39.209.14 - Aparência da assinatura selecionada: TIPO

 Contrato finalizado.
2026-05-11 - 19:52:53 GMT